

RESSALVA

Atendendo a solicitação da autora, o texto completo deste documento será disponibilizado somente a partir de 18/12/2026.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
CÂMPUS DE BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA**

ROBERTA DE OLIVEIRA BARBOSA

**MATERNAGEM, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO
UMA ANÁLISE CURRICULAR**

Bauru
2025

ROBERTA DE OLIVEIRA BARBOSA

MATERNAGEM, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO
UMA ANÁLISE CURRICULAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Área de Concentração em Ensino de Ciências, da Faculdade de Ciências, Unesp – Câmpus de Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Educação para a Ciência. **Orientadora:** Profa. Dra. Deise Aparecida Peralta

Bauru
2025

B238m Barbosa, Roberta de Oliveira
 Maternagem, educação e emancipação : uma análise curricular /
 Roberta de Oliveira Barbosa. -- Bauru, 2025
 206 p.

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
 Faculdade de Ciências, Bauru
 Orientadora: Deise Aparecida Peralta

 1. Maternidade. 2. Gênero. 3. Teoria Crítica. 4. Currículo. 5. Ensino
 de Ciências e Matemática. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ROBERTA DE OLIVEIRA BARBOSA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 17 dias do mês de junho do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ROBERTA DE OLIVEIRA BARBOSA, intitulada **Maternagem, Educação e Emancipação: Uma análise curricular**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DEISE APARECIDA PERALTA (Orientadora - Participação Virtual) do Departamento de Economia Administração e Educação / UNESP campus Jaboticabal, Profa. Dra. NATALY CARVALHO LOPES (Participação Virtual) do Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação / UFSCar campus Araras, Profa. Dra. LAIZ FRAGA DANTAS (Participação Virtual) do Instituto Federal de Sergipe campus Estancia, Profa. Dra. ROSEMARY RODRIGUES DE OLIVEIRA Departamento de Economia Administração e Educação / UNESP campus Jaboticabal, Profa. Dra. MONICA ABRANTES GALINDO DE OLIVEIRA (Participação Virtual) do Departamento de Educação / UNESP campus São José do Rio Preto. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DEISE APARECIDA PERALTA



Documento assinado digitalmente

DEISE APARECIDA PERALTA

Data: 17/06/2025 19:33:06-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

À minha mãe Meire e à minha filha Athena, dedico.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Deus, Deus de meu coração e de minha compreensão, que em sua infinita sabedoria e bondade tem me ajudado em cada passo de encontro ao meu propósito.

À minha querida orientadora e amiga Deise, que esteve ao meu lado me fortalecendo e me lembrando as razões pelas quais lutamos e escrevemos cada palavra ao longo dessa longa jornada acadêmica.

A professora Saba Hussain por me receber com tanto carinho na *University of Birmingham*, você, sua família e essa oportunidade estarão sempre guardadas com carinho nas minhas memórias mais preciosas.

As professoras Laiz Fraga Dantas, Mônica Abrantes Galindo, Nataly Carvalho Lopes, e Rosemary Rodrigues de Oliveira pela disponibilidade em participar das bancas de qualificação e defesa deste trabalho, além das leituras cuidadosas e valiosas contribuições.

Aos meus pais Meire e Roberto, pelo apoio incondicional e amor infinito desde que eu ainda estava na barriga de minha mãe. O umbigo plantado na universidade, o incentivo constante, o trabalho de cuidado despendido e cada palavra e momento que compartilhamos é o que faz quem sou.

Ao meu marido Virgílio por compartilhar a vida ao meu lado, me dando suporte, amor e compreensão nos dias mais difíceis e nos mais agradáveis. Sem você esse trabalho não seria como é.

À minha filha Athena por ser a força motriz de tudo que faço, por entender quando a mamãe precisa ir trabalhar longe, por me encorajar trabalhando comigo de “escrever as letras”, e por tudo mais que nosso cotidiano é e será enquanto for.

Aos meus irmãos e demais familiares pela compreensão de minhas ausências e apoio ao meu sonho de ser doutora. Finalmente o doutorado acabou, mas sinto em dizer que nunca terminarei de estudar.

Aos meus amigos, que cada um a sua maneira, me incentivam a continuar buscando meu propósito e sobretudo, garantindo espaços para que eu continue sendo a Beta. Em especial, Helena, Júlio, Otávio, Rafael, Carla, Mayanna, Kawana, Maria, Flávio, Júlia, Igor e João Vitor, muito obrigada.

Aos meus orientadores de outras etapas e amigos Harryson, Paulo Gabriel, Liliane, Denise e Renata. Carrego os ensinamentos de vocês em cada etapa de minha formação.

Ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (Nipac) e a tantos outros espaços de formação que me formaram nessa jornada.

À minha terapeuta Natália pelo suporte semanal que me ajuda a me manter de pé. Seu trabalho e compreensão torna não só essa tese possível, mas a versão que sou de mim mesma e com certeza tantas outras pessoas.

Minhas filhas felinas Céu e Caetana, companheiras e animais de suporte emocional desde a graduação.

RESUMO

É possível aceitar que discussões sobre maternidade e maternagem, enquanto dimensão biológica e social da vida, são de extrema relevância na Educação em Ciências e Matemática. Isso, pois os aspectos sociais da reprodução humana e a análise e modelagem de fenômenos como taxas de natalidade, mortalidade materna e indicadores de saúde, podem potencializar o desenvolvimento de pensamento crítico, possibilitando discriminar as desigualdades, sujeições e subordinações que oprimem grande parcela das pessoas. Sendo assim, parece pertinente defender que diretrizes curriculares se relacionam a percepções e práticas sobre maternagem e cuidado parental, impactando no reconhecimento das desigualdades na reprodução social contemporânea. Nesse contexto, esta pesquisa, fundamentada na Teoria Crítica da Sociedade, a saber em autoras feministas como Lélia Gonzalez, Nancy Fraser, Rahel Jaeggi, Amy Allen, Seyla Benhabib e Silvia Federici, tem como objetivo destacar o potencial do cuidado parental para a emancipação humana, discutindo como a representação da maternagem nos currículos escolares de Ciências e Matemática expressa o ideário capitalista no cuidado parental. Para tanto, via análise documental, contextualiza a maternagem na sociedade capitalista neoliberal, bem como os modelos de maternagem reproduzidos nessa sociedade e, conseqüentemente, nos currículos escolares. Foram realizadas análises de documentos curriculares do estado de São Paulo da Educação Básica, a saber Materiais Digitais disponibilizados pelo Centro de Mídias do Estado de São Paulo, constatando que temáticas relacionadas à maternagem, bem como as discussões concernentes à reprodução e às relações de gênero, são apresentadas de forma indireta nas diretrizes para o Ensino de Matemática e Ciências na Educação Básica, apontando uma necessidade da inserção de conhecimentos sobre reprodução humana em uma abordagem não só biológica, mas também social nos currículos.

Palavras-chave: Teoria Crítica, Educação em Ciências e Matemática, Currículo, Gênero, Maternidade

ABSTRACT

It is possible to affirm that discussions on motherhood—as both a biological and social dimension of life—are of paramount importance in Science and Mathematics Education. This is since the social aspects of human reproduction, alongside the analysis and modeling of phenomena such as birth rates, maternal mortality, and health indicators, can foster the development of critical thinking, enabling individuals to identify inequalities, subjugations, and subordinations that affect a significant portion of the population. Thus, it seems appropriate to argue that curricular guidelines are intertwined with perceptions and practices concerning motherhood and parental care, impacting the recognition of inequalities in contemporary social reproduction. Within this context, this research—grounded in Critical Theory of Society and drawing upon feminist scholars such as Lélia Gonzalez, Nancy Fraser, Rahel Jaeggi, Amy Allen, Seyla Benhabib, and Silvia Federici—aims to highlight the emancipatory potential of parental care by discussing how representations of motherhood in Science and Mathematics curricula reflect the capitalist ideology of parental care. To this end, through document analysis, the study contextualizes motherhood within neoliberal capitalist society and the maternal models it reproduces, which are consequently embedded in school curricula. Curriculum documents from the state of São Paulo's Basic Education system were analyzed, particularly the Digital Materials made available by the São Paulo State Media Center. The findings reveal that themes related to "motherhood," as well as discussions on reproduction and gender relations, are presented indirectly within the guidelines for Science and Mathematics teaching in Basic Education. This points to the need for integrating knowledge about human reproduction in the curriculum through an approach that is not only biological but also social.

Keywords: Critical Theory, Science and Mathematics Education, Curriculum, Gender, Motherhood

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de tabela de dados de frequência absoluta de formas ativas.....	157
Figura 2 – Exemplo de exibição das formas, representadas em vermelho.....	158
Figura 3 – Primeira representação de mulher com crianças.....	185
Figura 4 – Segunda representação de mulher com crianças.....	186
Figura 5 – Representação de pai com filho no colo.....	190
Figura 6 – Representação de mãe cuidando da saúde do filho.....	191
Figura 7 – Representação de mãe e filho.....	191
Figura 8 – Representação de pai olhando tablet com filho.....	194
Figura 9 – Representação de mulher a mesa com crianças.....	195
Figura 10 – Reprodução do quadro “A redenção de Cam”	195

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

NIPAC - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

UNESP - Universidade Estadual Paulista

SMP - Statutory Maternity Pay

SPL - Shared Parental Leave

ShPP - Statutory Shared Parental Pay

ECEC - Early Childhood Education and Care

CCT - Conditional Cash Transfer

CMSP - Centro de Mídias de São Paulo

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

Sumário

APRESENTAÇÃO	14
Sobre a autora	14
Sobre o Relatório	16
INTRODUÇÃO	18
Contextualização.....	18
Metodologia	21
ARTIGOS.....	23
Maternagem e Capitalismo: relações múltiplas e simultâneas de desigualdades... 23	
Introdução	24
Teoria Crítica e potenciais de emancipação.....	27
Capitalismo, exploração e crise do cuidado.....	32
As maternagens e as desigualdades	34
Conclusão.....	38
Referências.....	40
Mulheres que cuidam em um sistema que explora..... 42	
O cuidado e a exploração: uma perspectiva crítica sobre a maternagem no capitalismo44	
Mãe ideal e dona de casa: uma reconstrução histórica no contexto do capital.....	45
Acumulação primitiva e a expropriação da reprodução social	46
Capitalismo liberal concorrencial e a crise da reprodução social	48
Capitalismo administrado pelo estado e o salário familiar	49
Capitalismo financeirizado neoliberal e o colapso da reprodução social	51
O trabalho invisível que sustenta o mundo: como o cuidado garante o lucro	53
Justiça para o cuidado: entre reconhecimento e redistribuição.....	56
Quando o cuidado vira negócio: a mercantilização da maternagem	59
Um horizonte possível: o potencial da crise do cuidado.....	64
Conclusão.....	66
Referências.....	69
Maternagem Racializada e Colonialidade do Gênero: invisibilidades, resistências e reconhecimento	71
Introdução	72
A construção histórica da maternagem negra: entre o apagamento e a idealização ...	74
A colonialidade do gênero e a racialização da maternagem	75
As práticas da maternagem negra: resistências cotidianas e coletivas	79

Currículo, educação e o silenciamento da maternagem racializada	81
Considerações finais ou um manifesto por maternagens insurgentes.....	86
Referências.....	89
Viver e Escrever a Nova Maternidade: reflexões sobre cuidado e capitalismo	92
Introdução: entre a teoria e o cotidiano	93
Falando do Meu Lugar: O peso das histórias e vozes.....	95
Mães e Mercados: O domínio capitalista do cuidado	97
Redefinindo a Parentalidade: em busca da igualdade no cuidado	101
Gênero, colonialidade e maternagem no Brasil	104
As contradições da maternidade neoliberal	108
Expectativas sociais e forças de mercado: repensando a maternagem no Brasil.....	112
Equilibrando Trabalho e Maternagem: reflexões sobre licença-maternidade e amamentação	116
Conclusão: escrevendo o pessoal, remodelando o político.....	118
Referências.....	121
Maternagem, Capitalismo e Políticas de Licença Parental e de Educação Infantil: experiências do Brasil e do Reino Unido	125
Introdução	126
Teoria Crítica feminista e maternagem	130
Colonianismo, neocolonialismo e maternagem	131
Políticas de licença parental e de educação infantil no Reino Unido	134
Políticas de licença parental e de educação infantil no Brasil	137
Considerações Finais	141
Referências.....	144
A (In)visibilidade da Maternidade em Documentos Curriculares: uma análise com o Software Iramuteq.....	147
Introdução	148
Currículo, Gênero e Maternagem	152
Metodologia	154
Os documentos	154
A análise	155
Resultados: descrição e análises	157
Conclusão.....	169
Referências.....	171
Educação em Ciências e Biologia (In)visibilidade da maternagem: uma análise crítica de documentos curriculares.....	174

Introdução	175
Currículo como Campo de Disputa.....	177
Metodologia	180
Seleção e organização do corpus: a delimitação temporal (1º e 2º bimestres de 2025)...	180
Critérios de análise:.....	181
Procedimentos de leitura e sistematização:.....	181
Resultados e Discussões	182
Concepção teórica de representação	182
Procedimento de categorização	183
Representações de parentalidade na disciplina de Matemática no Ensino Fundamental – Anos Finais	185
Representações de parentalidade na disciplina de Matemática no Ensino Médio	188
Representações de parentalidade na disciplina de Ciências no Ensino Fundamental – Anos Finais	190
Representações de parentalidade na disciplina de Biologia no Ensino Médio	196
Conclusão.....	196
Referências.....	198
CONCLUSÃO.....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

APRESENTAÇÃO

Sobre a autora

Poderia começar este trabalho de várias formas, justificando sua necessidade com dados estatísticos, com articulações conceituais e argumentativas que apresentassem a premissa das minhas escolhas de caminhos teóricos, esmiuçando minha trajetória acadêmica que, muito antes do doutorado já se ocupava das lutas por igualdade e equidade de gênero e justiça social. Mas o que fica em mim, e que me move a escrever, é minha filha Athena. A primeira vez que discuti este trabalho, no formato que se encontra e com pares, foi em um congresso de Marxismo e Feminismo que ocorreu em abril de 2024 na Universidade de São Paulo. Nesse congresso, uma mulher presente me disse algo que me marcou: seu trabalho é profundamente marxista, pois parte do real, da sua experiência, enquanto mãe, vai para o campo conceitual, com as discussões teóricas pautadas na Teoria Crítica, e retorna para o real em proposições de abordagem da temática para a escola.

E assim penso que, mesmo não sendo uma aluna com uma formação inicial no campo das humanidades e sem leitura profunda e pormenorizada dos clássicos da Filosofia e das Ciências Sociais, teorizo no campo de fronteira entre a pesquisa em Educação em Ciências e Matemática e a Filosofia. Eu sinto que faço isso: um trabalho de fronteira que, profundamente marxista, segue o caminho do real e conceitua no real. E assim o sendo, portanto, não consigo escrever de outra forma que não seja me colocando no trabalho.

Minha vida desde a graduação foi quase que completamente voltada à academia. Essa era a centralidade de minhas preocupações e ocupações, o espaço onde minhas ambições profissionais se encontravam, onde minhas redes de afetos se construíam, onde minhas crenças e convicções encontravam suas justificativas. E dentro desse contexto, no primeiro ano de doutorado, quando esse projeto ainda era outro, engravidei.

A gravidez foi uma escolha consciente e planejada, mas a realidade foge, completamente, às expectativas do que planejamos, e foi sendo mãe que percebi a necessidade de compreender a natureza da maternagem a partir do conhecimento que sempre me auxiliou a ver o mundo, o acadêmico-científico. E tudo isso aconteceu, justamente, porque, para ser mãe, precisei me afastar de tudo aquilo que sempre considerei fundamento da minha identidade, e me vi confinada dentro de casa, submersa em trabalhos domésticos e de cuidados com minha filha pequena. A impressão era que todos os meus sonhos tinham virado apenas imagens

distantes que eu jamais tocara, pois, o implacável destino de dona de casa, o qual meu gênero, historicamente, parece estar subordinado, havia chegado.

Dentro desse contexto, minha orientadora, também mulher e mãe, não mediu esforços para me auxiliar a conciliar esses trabalhos, aparentemente, contraditórios e inconciliáveis. Ela entendeu minhas ausências em espaços formativos, as câmeras fechadas em aulas, os seios de fora que amamentavam em reuniões, a mudança súbita em uma pesquisa, que já estava em desenvolvimento, e me ofereceu amizade e acolhida em momentos difíceis nas quais confidenciei segredos pessoais. Isso foi, e está sendo, fundamental para que este trabalho seja possível: ter uma orientadora que vivencia e acredita em tudo que se materializa nesta tese.

Além de reconhecer tudo isso, sinto uma necessidade de me justificar para minha filha que, por enquanto só reconhece as vogais e a letra B, mas que um dia será capaz de ler tudo isso, espero que entenda que esse não é um manifesto de ódio à condição de ser mãe na sociedade, um ataque pessoal ou um ressentimento por realizar o trabalho de cuidado com ela e por sacrificar aspectos da minha vida pessoal ao me dedicar a esse trabalho. Ainda que existam neste texto nuances disso nas páginas que se seguem.

Espero que minha filha Athena saiba que amo ser a mamãe dela, e que mesmo ciente de como foi e é injusto esse processo, se me fosse dada a escolha, seria novamente. Apesar de amar ser mãe, eu não amo todo o trabalho injusto, não reconhecido e não remunerado que estou submetida para desempenhar o papel de mãe que de mim é esperado. Para cuidar de minha filha em tempo integral, por não ter o suporte necessário do estado e da família, precisei renunciar a muitas coisas que eu não gostaria que ela e todas as outras meninas do mundo tenham que renunciar. Espero que em alguma medida, esse trabalho possa ser mais uma gotinha no oceano de trabalhos e reivindicações de mulheres, todas elas, que assim como eu, buscam um mundo onde os trabalhos de cuidados sejam divididos de forma justa e igualitária entre homens e mulheres.

Digo isso, porque tenho certeza que isso seria muito melhor para homens e mulheres, responsáveis por crianças, poderem participar do processo de criação de uma criança que, enquanto acontecimento desejável e escolhido tem aspectos positivos, contribuem para a realização pessoal. Assistir e mediar o desenvolvimento infantil dentro de casa é uma experiência única que a leitura de nenhum livro poderia me proporcionar, e é triste que o sistema¹ da forma que se configura, isente ou desestimule os homens a participar desse

¹ Definir aqui de forma breve o q vc está chamando de sistema, uma vez que está aparecendo aqui pela primeira vez sem uma conceituação anterior.

processo, criando vínculos emocionais frágeis de pais com filhos, e sobrecarregue com todos os cuidados as mulheres, que mal conseguem aproveitar a jornada por estarem sempre exaustas de tanto trabalho. Tudo isso ocorre, porque dentro da lógica capitalista a criação de filhos é atrelada a reprodução social² voltada a produção de mão de obra para o sistema produtivo, onde o capitalismo se beneficia da subjugação das mulheres e de seu trabalho não remunerado de cuidado.

Em última instância, sei que esse cuidado compartilhado seria melhor para minha filha e para todas as outras crianças, que teriam cuidadores mais dispostos, descansados, menos ressentidos, mais felizes e realizados, com vínculos emocionais mais seguros e potentes, que desempenhariam esse papel de cuidado de forma mais leve e sem tantos sacrifícios. Escrevo tudo isso sabendo e advogando que ela não precisa e talvez não queira ter crianças, ou mesmo performar o sexo biológico a ela designado ao nascer, mas esperando que saiba que um filho é uma demanda coletiva no colo de uma mulher, para que esteja sempre disposta a participar do cuidado com as crianças, que deve ser uma responsabilidade não só da mãe, e mesmo do pai, mas de toda a sociedade. Espero criar uma pessoa disposta a ajudar as mães ao seu redor, sejam familiares, amigas, ou apenas uma mulher que ela perceba que precisa de ajuda em qualquer momento e qualquer lugar.

Sobre o Relatório

Nesta seção gostaria de explicar qual a organização deste relatório de pesquisa, submetido para Exame de Defesa, e agradecer também no corpo do texto a disposição e cuidado da banca em me auxiliar a dar forma e qualificar o conteúdo do trabalho.

Escrevo com abertura e liberdade, como quem quebra a quarta parede, pois esse é meu modo de fazer pesquisa. Não só meu, mas acredito que, de grande parte, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (NIPAC) do qual faço parte. Isso posto, pois há o entendimento que parágrafos diretos, como os que apresento neste texto, ao expressar mais transparência dos fazeres e intencionalidades da investigação, acrescentam ainda mais rigor científico ao trabalho que segue. O relatório de uma pesquisa de doutoramento quando, ao envolver uma temática tão pessoal e afetiva, é escrito em primeira pessoa torna mais próximo quem escreve de quem lê. Isso, possivelmente, torna facilitado o entendimento dos caminhos percorridos. Por isso, tomo a liberdade de, em um exercício de integração da díade experiência

² Definir aqui de forma breve o q vc está chamando de reprodução social, uma vez que está aparecendo aqui pela primeira vez sem uma conceituação anterior.

pessoal - experiência com a teoria, alternar relatos de aspectos vividos com aspectos filosófico-conceituais advindos de teóricas críticas.

A escrita do relatório de pesquisa é no formato conhecido como *multipaper*, ou seja, cada capítulo inicie e encerre uma parte da discussão proposta para expressar a tese em si só, mas que o conjunto dos textos sejam capazes de contemplar ao objetivo geral da pesquisa. Esta pesquisa teve como objetivo analisar criticamente como a maternagem, enquanto trabalho de cuidado socialmente necessário, mas historicamente expropriado e desvalorizado pelo capitalismo, é atravessada por múltiplas formas de injustiça — especialmente de reconhecimento e redistribuição — e como essas dimensões se articulam às experiências vividas de mulheres-mães, às políticas de cuidado e às representações (ou silenciamentos) em documentos curriculares. Para tanto, buscou-se:

1. Diagnosticar, com base na Teoria Crítica feminista, os modos pelos quais o capitalismo neoliberal estrutura e instrumentaliza a maternagem como eixo da reprodução social, naturalizando a divisão sexual do trabalho e agravando desigualdades de gênero, classe e raça;
2. Compreender, a partir da colonialidade do gênero e da racialização da maternagem, as formas históricas e contemporâneas de opressão que afetam especialmente as mulheres negras, evidenciando resistências cotidianas e coletivas no campo do cuidado;
3. Articular narrativas pessoais e corporificadas de maternagem à crítica teórica, demonstrando como a vivência da maternagem pode operar como dispositivo epistemológico e político na formulação de uma crítica radical ao modelo vigente;
4. Comparar políticas públicas de licença parental e educação infantil no Brasil e no Reino Unido, analisando seus limites e potencialidades na redistribuição do trabalho de cuidado e na promoção de justiça social;
5. Investigar como os currículos de Ciências, Biologia e Matemática do estado de São Paulo representam — ou silenciam — a maternagem e a parentalidade, utilizando análise lexical e discursiva para evidenciar os atravessamentos ideológicos presentes nos documentos oficiais e materiais digitais;
6. E, por fim, apontar caminhos para a construção de um currículo crítico e emancipador que reconheça o cuidado como trabalho social e como campo legítimo de disputa política e formativa, capaz de contribuir para a superação da crise da reprodução social e para a construção de sociedades justas.

O formato *multipaper* pode ser definido de acordo com Wanderleya Nara Gonçalves Costa (2014) como teses ou dissertações que combinem uma série de artigos de pesquisa, de um ou mais autores, apesar de haver pouco consenso sobre uma estrutura padrão para uma dissertação ou tese *multipaper*. Este relatório é composta de sete textos: um ensaio inaugural, que apresenta a problemática em linhas gerais e anuncia os rumos tomados na pesquisa; um artigo sobre maternagem e feminismo na teoria crítica contemporânea; um texto que se dedica a questão da maternagem racializada, dada a importância da interseccionalidade para as coletividades bivalentes; um artigo no qual exploro narrativas pessoais para abordar o que chamo de “nova maternidade”, alinhada aos ideais capitalistas; uma análise de políticas públicas do Brasil e do Reino Unido voltadas ao cuidado e mães; um texto que aborda a questão da maternagem no Currículo Paulista; e por fim, uma análise das aulas apresentadas no Material Digital do Governo do Estado de São Paulo em busca de representações de parentalidade.

O problema de pesquisa é: “Como a maternidade, enquanto prática social estruturante da reprodução da vida e expressão de trabalho de cuidado expropriado pelas lógicas do capitalismo neoliberal, é representada — ou silenciada — nos currículos escolares de Ciências, Biologia e Matemática da Educação Básica, e em que medida tais representações contribuem para a reprodução ou contestação das injustiças de reconhecimento e redistribuição que afetam as mulheres?”

Este trabalho parte da tese de que a maternagem, enquanto prática social e trabalho de cuidado historicamente expropriado e invisibilizado pelo capitalismo neoliberal, é reproduzida e naturalizada nos currículos escolares de Ciências, Biologia e Matemática da Educação Básica. Tal reprodução curricular reforça desigualdades estruturais de gênero, raça e classe ao silenciar as dimensões social, política e econômica do cuidado materno. Assim, a educação escolar e seus currículos constituem espaços políticos fundamentais para disputar e transformar esses sentidos, possibilitando a construção de uma justiça curricular que reconheça o cuidado como trabalho social, responsabilidade coletiva e direito universal.

INTRODUÇÃO

Contextualização

Poucos temas atravessam de forma tão universal, cotidiana e ao mesmo tempo invisibilizada a experiência humana quanto a maternidade³. Todas as pessoas vivas hoje nasceram de alguém. Por mais banal que essa constatação pareça, ela sustenta um fato inegável: a existência de uma figura progenitora — comumente associada à mãe — é uma constante na vida humana. No entanto, embora a biologia da reprodução seja amplamente conhecida, o significado social, político e cultural da maternagem permanece em disputa. O termo “mãe” pode parecer autoexplicativo, mas está imerso em camadas de significações históricas, construções simbólicas e ideologias naturalizadas.

A maternagem, portanto, não é apenas um acontecimento biológico, mas um fenômeno social construído, modelado e continuamente remodelado por regimes de poder, discursos institucionais e lógicas econômicas. Este trabalho parte do pressuposto de que o modelo dominante de maternagem foi historicamente conformado pelas lógicas do capitalismo — regime no qual o trabalho reprodutivo é essencial para a manutenção do sistema, mas é invisibilizado, desvalorizado e não remunerado. Nesse modelo, ser mãe envolve sacrifício, dedicação total e abnegação, tudo isso compreendido como "natural", e não como trabalho. Essa romantização da maternagem cumpre uma função ideológica: perpetuar a divisão sexual do trabalho e sustentar a reprodução da força de trabalho sem onerar o capital.

Mas essa não é a única forma possível de compreender ou experienciar a maternagem. Essa tese parte do compromisso de investigar criticamente como o capitalismo moldou os sentidos de ser mãe, naturalizando o cuidado como obrigação feminina, ao mesmo tempo em que transforma essa função em base estrutural de sua própria reprodução. Em um movimento dialético, porém, os sentidos de maternagem também participam da produção e reprodução das estruturas capitalistas. Essa dupla via — de condicionamento e reprodução — é central para compreender os desafios contemporâneos relacionados à maternidade, à justiça social e à emancipação.

O campo educacional e, particularmente, o currículo escolar, é uma arena estratégica nessa disputa de sentidos. Se a maternagem é uma construção social, então ela pode ser ensinada, aprendida, reforçada ou transformada nos espaços de formação humana. A escola, enquanto instituição estruturante da modernidade, tem desempenhado um papel ambíguo: ora reforçando modelos patriarcais e naturalizados de maternagem, ora abrindo fissuras para outros modos de pensar, viver e educar. Trata-se de investigar como o currículo escolar, sobretudo nas

³ Em alguns momentos do texto, o termo maternidade aparece ao invés de maternagem, seja por se tratar da abordagem biológica, ou por se tratarem de citações indiretas onde utilizo o vocabulário das autoras citadas.

áreas de Ciências e Matemática, contribui para consolidar, tensionar ou deslocar os sentidos hegemônicos da maternagem.

Além da investigação conceitual e empírica, esta tese também é atravessada por uma dimensão pessoal, que assumo como epistemologicamente relevante. Escrevo este trabalho porque sou filha e porque sou mãe. Vivo cotidianamente as contradições entre o fazer acadêmico e o trabalho de cuidado. Ao engravidar durante o doutorado e enfrentar os dilemas burocráticos e afetivos dessa experiência, passei a perceber com mais nitidez como a maternagem é tratada nos espaços institucionais — seja pela ausência de políticas adequadas, seja pelos discursos velados que classificam mães como “menos produtivas”. Essa vivência é, portanto, motor da minha inquietação teórica e política.

Recordo também da minha trajetória escolar: dos livros de Ciências que tratavam a maternagem apenas como processo biológico; dos comentários de colegas e professores sobre meninas que engravidavam no ensino médio; da sala separada para “meninas” nas aulas de educação sexual. Percebo, com isso, que o currículo é mais do que os documentos oficiais: ele é o conjunto de práticas, discursos, silêncios e interações que compõem o cotidiano escolar. A maternagem está presente no currículo, mesmo quando não aparece explicitamente, e é esse campo invisível que desejo investigar.

A coletânea de artigos, interligada por esta introdução e por uma conclusão integradora, aborda diferentes dimensões da relação entre maternagem, capitalismo, currículo e emancipação, buscando tensionar os modos como o cuidado materno é tematizado e representado na escola. Cada texto investiga aspectos específicos da problemática, articulando análise documental, referências teóricas críticas e experiências empíricas.

Para sustentar essa investigação, mobilizo quatro conceitos fundamentais:

- **Maternagem**, compreendida como construção histórica, atravessada por relações de poder e por disputas simbólicas;
- **Capitalismo**, enquanto regime econômico que transforma o cuidado em recurso não remunerado e invisibilizado;
- **Currículo**, concebido de forma ampliada como prática social, cultural e política, e não apenas como documento normativo;
- **Emancipação**, enquanto horizonte ético e político de transformação das estruturas que oprimem, silenciam ou subordinam as mulheres e, em particular, as mães.

Ao explicitar e relacionar esses conceitos, defendo que o modelo dominante de maternagem, centrado na naturalização do cuidado, no sacrifício feminino e na reprodução da desigualdade, pode e deve ser problematizado nos espaços escolares. Os currículos de Ciências

e Matemática, ao assumirem seu caráter político, podem se tornar ferramentas potentes para desestabilizar os sentidos hegemônicos de maternagem e contribuir para a construção de novas representações, mais justas, plurais e emancipadoras.

Dessa forma, o trabalho propõe um duplo movimento: diagnosticar criticamente como os sentidos da maternagem estão implicados nas estruturas capitalistas e, simultaneamente, vislumbrar a possibilidade de sua reconfiguração por meio da educação. Investigar o currículo é também apostar na potência da escola como espaço de transformação, e não apenas de reprodução. É nessa aposta que se apoia esta pesquisa.

Metodologia

Para atingir os objetivos delineados para o trabalho, foi necessário elaborar uma ampla revisão de bibliografia e engajar em uma sistematização da literatura, traduzida em uma tentativa de organizar um campo teórico dinâmico, com suas inúmeras de abordagens, diagnósticos, conclusões e argumentos, buscando identificar em seus textos os conceitos-chave de maternagem e como eles são influenciados pela sociedade capitalista neoliberal, para fundamentar as discussões propostas. Essa primeira etapa de trabalho teórico foi construída com ênfase nas relações entre maternagem, capitalismo, neoliberalismo na modernidade, elaborando o diagnóstico desse problema do nosso tempo, alinhado ao projeto da teoria crítica. Essas leituras, em todos os textos, são intercaladas com relatos e vivências pessoais, seguindo o conselho de Gloria Anzaldúa (2000):

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor (Anzaldúa, 2000, p. 235)

Dessa forma, me permiti produzir uma ciência, que como diria Anita De Oliveira (2021), é insubmissa por valorizar a subjetividade, não se centrando na métrica quantitativa historicamente associada à objetividade branca e androcêntrica, buscando superar a lógica formal e as linearidades impositivas. O texto então, bem como sua metodologia, foram se construindo junto com minha percepção do problema de pesquisa e da maternagem corporificada, de forma que esse relatório de tese e todos os artigos que os compõe são resultados de um processo de elaboração teórica que deixou mais perguntas do que respostas, textos que escrevi, mas que também me escreveram.

No que diz respeito ao campo específico da Educação em Ciências e Matemática, realizei uma análise de documentos curriculares, com base no Documento Currículo Paulista,

respeitado o recorte das disciplinas de Ciências, Biologia e Matemática, e feita a análise do conteúdo textual desses documentos com o auxílio do software de análises léxicas e gramaticais IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) conforme as normas descritas por Marli Aparecida Rocha de Souza et al. (2018). As análises buscam identificar de que forma termos relacionados a maternidade aparecem nos documentos curriculares, para responder como a maternidade é representada nesses documentos, relacionando os conteúdos identificados com as teorizações feitas na etapa anteriormente descrita. Uma das funcionalidades do software, permite que a pessoa pesquisadora identifique não só a frequência na qual um termo aparece, mas também que observe quais são as palavras relacionadas a esse tema, a análise de similitude. Um artigo complementar apresenta a análise através da leitura dos Materiais Digitais, num conjunto de 696 slides das disciplinas de Matemática, Ciências e Biologia nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos quais foram identificadas e discutidas todas as representações de parentalidade.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa partiu da questão central de pesquisa “Como a maternidade, enquanto prática social estruturante da reprodução da vida e expressão de trabalho de cuidado expropriado pelas lógicas do capitalismo neoliberal, é representada — ou silenciada — nos currículos escolares de Ciências, Biologia e Matemática da Educação Básica, e em que medida tais representações contribuem para a reprodução ou contestação das injustiças de reconhecimento e redistribuição que afetam as mulheres. Fundamentada na tradição da Teoria Crítica, especialmente nos trabalhos de Federici (2019, 2021) e Fraser (2009, 2023) a investigação considerou o trabalho de cuidado materno não como uma essência biológica, mas como uma categoria social e política atravessada por desigualdades de gênero, classe e raça.

O problema reside na naturalização da maternagem como responsabilidade exclusiva das mulheres, relegada ao âmbito privado e desvinculada das estruturas econômicas que sustentam sua exploração, um processo que se reflete nos documentos curriculares do Estado de São Paulo. Assim, a pesquisa buscou diagnosticar de que maneira as temáticas relativas à maternidade, ao cuidado e às relações de gênero estão presentes ou ausentes nos currículos oficiais e materiais didáticos, especialmente naquelas áreas consideradas “neutras”, como Ciências e Matemática, e que têm potencial para reproduzir ou desafiar estereótipos normativos.

Em diálogo com os objetivos específicos estabelecidos, a pesquisa realizou uma análise crítica dos documentos curriculares, articulando a compreensão do caráter histórico e político da maternagem, as suas formas racializadas e colonializadas, as políticas públicas de cuidado no Brasil e Reino Unido, e as representações discursivas e imagéticas nos materiais pedagógicos, com vistas a apontar caminhos para a construção de um currículo emancipador, que reconheça o cuidado como trabalho social e dimensão política essencial para a justiça social.

O capitalismo, conforme analisado por Federici (2017, 2021) sustenta-se historicamente pela apropriação do trabalho reprodutivo e de cuidado das mulheres, que são expropriadas do controle sobre seus corpos e dessa força produtiva não remunerada. Essa apropriação é fundamental para a manutenção do sistema capitalista, pois naturaliza o trabalho materno como dever feminino privado, invisibilizando sua dimensão social e econômica.

Nancy Fraser (2009, 2023) amplia essa crítica ao apontar a crise estrutural da reprodução social, que emerge da contradição entre as demandas do capitalismo e a insuficiente redistribuição do trabalho de cuidado. Sua teoria da justiça social, articulada nas dimensões da redistribuição, reconhecimento e representação, evidencia como o apagamento do cuidado nas

políticas e práticas sociais resulta em injustiça bivalente, afetando especialmente as mulheres-mães.

Benhabib (1986, 2021) traz à tona a dimensão ética e política do cuidado ao propor uma ética da alteridade que ultrapassa o individualismo racionalista, valorizando as relações concretas e interpessoais. Para ela, o cuidado é uma categoria política que deve permear a formação ética e educativa, possibilitando a emergência de sujeitos morais plurais e críticos. Já Amy Allen (2015) propõe uma perspectiva dialética de emancipação, em sua teoria crítica negativa, que reconhece as contradições e limites da luta contra a dominação. Sua abordagem destaca que as experiências subordinadas, como a maternagem, podem ser fonte de resistência e construção de novos sentidos políticos e sociais, em constante transformação.

Os estudos que abordam a colonialidade do gênero e a racialização da maternagem evidenciam a invisibilidade específica das mulheres negras no trabalho de cuidado, revelando que o apagamento curricular é também racializado e colonial. Anzaldúa (2000), Oliveira (2021), Secatti e Guimarães (2023) e Araújo e Manzano (2020) destacam como as opressões interseccionais atravessam a experiência materna, reforçando a urgência de um currículo que reconheça essas complexidades e promova uma justiça social verdadeiramente inclusiva.

As análises documentais e os estudos baseados no uso do software IRAMUTEQ nos materiais curriculares e didáticos do Estado de São Paulo revelam apagamentos sistemáticos e naturalizações das representações da maternidade, que tendem a restringir o tema à biologia e ao cuidado tradicionalmente feminino, sem problematizar as desigualdades e as dimensões sociais do cuidado.

A comparação entre políticas públicas de licença parental e educação infantil no Brasil e no Reino Unido mostra que, apesar das diferenças estruturais, ambos os contextos reproduzem a responsabilidade desproporcional das mulheres pelo cuidado, sem garantir redistribuição efetiva de recursos e reconhecimento social, perpetuando a crise da reprodução social.

Por fim, a incorporação da experiência vivida como epistemologia crítica, fundamentada nas contribuições de Gloria Anzaldúa (2000), enriquece a pesquisa ao reconhecer as narrativas autobiográficas como fontes legítimas de conhecimento transformador, conectando teoria e prática e valorizando as subjetividades maternas no processo de análise crítica.

A articulação entre os referenciais teóricos e a análise dos documentos curriculares revela como os currículos escolares reproduzem as injustiças bivalentes apontadas por Nancy Fraser, combinando o não reconhecimento das mães enquanto agentes sociais e a desigual redistribuição do trabalho de cuidado. Ao naturalizar o cuidado como atributo exclusivamente feminino e restringir a maternagem à dimensão biológica, os materiais escolares silenciam suas

implicações sociais, políticas e econômicas. Esse apagamento reforça as desigualdades estruturais e compromete a construção de uma justiça curricular que reconheça a pluralidade das experiências maternas e promova a equidade de gênero.

O primeiro objetivo específico propunha “diagnosticar, com base na Teoria Crítica feminista, os modos pelos quais o capitalismo neoliberal estrutura e instrumentaliza a maternagem como eixo da reprodução social, naturalizando a divisão sexual do trabalho e agravando desigualdades de gênero, classe e raça”. A investigação confirmou que o capitalismo neoliberal captura e invisibiliza o trabalho de cuidado, configurando-o como um dever natural e privado das mulheres, aprofundando, assim, as desigualdades estruturais. Esse achado dialoga diretamente com a crítica de Federici (2017, 2021) sobre a apropriação do corpo das mulheres e com a análise de Fraser (2009, 2023) acerca da desigual redistribuição do trabalho reprodutivo na lógica capitalista. Observou-se ainda que o conceito de maternidade e maternagem se alterou através do tempo, de modo a atender as demandas das diversas formas de organização do capitalismo, sempre atribuindo ao trabalho reprodutivo e de cuidado pouca ou nenhuma remuneração, vinculado sobretudo como uma demanda atendida pelas mulheres, que fortalecem o sistema produtivo através desse trabalho invisibilizado. Isso corrobora com a afirmação de Karin Stoenner (2017) que se apoia em Horkheimer para explicar que o gênero não é um princípio a priori, e sim um a posteriori, intrincado na dominação da natureza, um produto histórico da ação humana que ocorre no estado de não liberdade.

O segundo objetivo específico buscava “compreender, a partir da colonialidade do gênero e da racialização da maternagem, as formas históricas e contemporâneas de opressão que afetam especialmente as mulheres negras, evidenciando resistências cotidianas e coletivas no campo do cuidado”. A análise das perspectivas feministas negras e das experiências empíricas demonstrou que o apagamento curricular é também racializado e colonial, reforçando opressões interseccionais que atravessam a maternagem, mas evidenciando, simultaneamente, potências e resistências. Essa constatação dialoga com os estudos de Lugones (2010) e Oliveira (2021), que destacam a importância da incorporação dessas complexidades para a efetivação da justiça social no currículo.

O terceiro objetivo específico consistia em “articular narrativas pessoais e corporificadas de maternagem à crítica teórica, demonstrando como a vivência da maternagem pode operar como dispositivo epistemológico e político na formulação de uma crítica radical ao modelo vigente”. As reflexões autobiográficas incluídas na pesquisa evidenciam que a experiência situada da maternagem constitui uma lente crítica fundamental para desnaturalizar a divisão sexual do trabalho e para a construção de novas resistências, conforme apontam Anzaldúa

(2000) e Allen (2015) ao propor uma teoria crítica negativa que reconhece a dialeticidade da dominação e emancipação.

O quarto objetivo específico estabelecia “comparar políticas públicas de licença parental e educação infantil no Brasil e no Reino Unido, analisando seus limites e potencialidades na redistribuição do trabalho de cuidado e na promoção de justiça social”. A comparação indicou que, apesar das diferenças históricas e estruturais, ambos os contextos reproduzem uma lógica que responsabiliza majoritariamente as mulheres pelo cuidado, sem garantir redistribuição efetiva de recursos ou reconhecimento social adequado, corroborando as dimensões da justiça social articuladas por Fraser (2009, 2023). Foi possível observar que as políticas de licença maternidade e acesso a creches e educação infantil no Brasil são mais eficazes e abrangentes do que as do Reino Unido, entretanto, ainda se mostram insuficientes, ainda mais se considerarmos que emerge no contexto neoliberalista uma “nova maternidade”, que cobra das mulheres que essas desempenhem de forma conjunta o trabalho de cuidado e se insiram no mercado de trabalho, aumentando assim sua respeitabilidade, sem, entretanto, dar condições materiais para realizar ambos os esforços de forma efetiva. Apesar do potencial da crise, como afirmam Oliveira Reis, Macêdo e Aguiar (2021), mesmo afirmando que antigas práticas de dominação através do gênero foram superadas, os altos índices das mais diversas violências contra as mulheres ainda são cotidianos e naturalizados, o que demonstra uma necessidade de uma solução ainda num nível muito primário do problema.

O quinto objetivo específico propunha “investigar como os currículos de Ciências, Biologia e Matemática do estado de São Paulo representam — ou silenciam — a maternagem e a parentalidade, utilizando análise lexical e discursiva para evidenciar os atravessamentos ideológicos presentes nos documentos oficiais e materiais digitais”. Os resultados evidenciaram uma presença marginal e predominantemente biológica da maternidade nos documentos analisados, reforçando estereótipos tradicionais de gênero e ocultando as dimensões sociais, políticas e econômicas do cuidado, alinhando-se às críticas de Secatti e Guimarães (2023) sobre a reprodução das desigualdades por meio da justiça curricular vigente. observou-se existe o provimento dessas temáticas no currículo, mas que de modo geral, a tendência é de uma abordagem reprodutiva pautada na biologia, sendo que as representações de mães nos materiais utilizados em sala de aula tendem a reforçar a percepção de mulheres mães como principais responsáveis pelo trabalho de cuidado. As recomendações para a concretização de representações mais equitativas, que eduquem as futuras gerações a dividirem o trabalho de cuidado entre homens e mulheres, incluem a criação de políticas curriculares que carreguem a

obrigatoriedade do ensino de questões relativas as discussões de gênero, e a parentalidade em seu aspecto social, além de outros remédios de redistribuição, reconhecimento e representação.

Por fim, o sexto objetivo específico pretendia “apontar caminhos para a construção de um currículo crítico e emancipador que reconheça o cuidado como trabalho social e como campo legítimo de disputa política e formativa, capaz de contribuir para a superação da crise da reprodução social e para a construção de sociedades mais justas”. A partir dos achados, este estudo reafirma a urgência de políticas curriculares e práticas pedagógicas que insiram o cuidado como categoria central, ampliando as possibilidades de justiça de gênero e social, em consonância com os pressupostos teóricos de Fraser (2009, 2023) e as perspectivas transformadoras de Lather (1984).

A partir do trabalho desenvolvido, esta pesquisa reivindica o currículo como espaço político. A partir da análise dos documentos curriculares do Estado de São Paulo e dos materiais didáticos das áreas de Ciências e Matemática, demonstra-se que as representações da maternidade, quando presentes, estão vinculadas quase exclusivamente à dimensão biológica da reprodução. A ausência de discussões sobre o cuidado, a divisão sexual do trabalho, a responsabilidade social da maternagem e a pluralidade de arranjos familiares reforça a ideia de que a maternidade é um dado natural, e não uma construção histórica e política. Um dos principais compromissos deste trabalho é afirmar a potência transformadora da educação e dos currículos. Ao sistematizar recomendações para práticas pedagógicas e proposições curriculares, esta pesquisa buscou indicar caminhos concretos para a inserção crítica da maternidade nos conteúdos escolares, tensionando os limites impostos pela lógica neoliberal e patriarcal. Ao reivindicar o reconhecimento da maternagem como trabalho, como direito, e como potência relacional e coletiva, propõe-se também um projeto de sociedade que valorize o cuidado como princípio organizador da vida.

O trabalho aqui apresentado é, portanto, um gesto político. É parte de um esforço maior de reinscrição da maternagem como categoria crítica, capaz de revelar as contradições do capitalismo e, ao mesmo tempo, apontar horizontes de emancipação. O que está em disputa é a própria possibilidade de construir uma sociedade em que o cuidado não seja privilégio de algumas e obrigação de outras, mas responsabilidade coletiva e direito universal.

Neste sentido, a minha tese também se inscreve na luta por uma ciência comprometida com a transformação social. Ao integrar a análise crítica com a experiência vivida, reivindico uma posição de pesquisadora implicada, enquanto filha, mãe, e pesquisadora, que transforma sua vivência em lente teórica e sua teoria em prática pedagógica.

Se há algo que a Teoria Crítica nos ensinou é que não basta interpretar o mundo, mas transformá-lo. Esta tese é, assim, uma contribuição para essa transformação, um chamado à ação política por currículos mais justos, por maternidades mais livres, por escolas mais humanas, e por uma sociedade que reconheça o cuidado como fundamento da vida, não como resíduo do capital.

Reafirmamos que a tese central desta pesquisa sustenta a necessidade urgente de uma reconfiguração dos currículos escolares e das práticas pedagógicas, de modo a incorporar a maternagem como trabalho social fundamental e transversal. É imprescindível que a educação se comprometa com uma abordagem crítica e emancipatória, capaz de tensionar as lógicas neoliberais que invisibilizam e naturalizam o cuidado feminino, promovendo, ao contrário, o reconhecimento das múltiplas dimensões do trabalho reprodutivo e das relações de gênero. O currículo deve ser concebido não apenas como um documento técnico, mas como um espaço político de disputa por sentidos, em que a justiça curricular possa avançar por meio da redistribuição, do reconhecimento e da representação, conforme defende Nancy Fraser (2009, 2023).

Portanto, é urgente que o currículo escolar deixe de ser um instrumento de reprodução das desigualdades de gênero e se transforme em uma arena de disputa pela justiça social. Como afirmam Araújo e Manzano (2020) a maternidade na ciência é sub-representada, seja em termos teóricos ou mesmo de mulheres com filhos, dada a predominância da atuação acadêmica de reconhecimento a grandes feitos para pesquisadores homens ao longo da história. Em linhas gerais, este estudo destaca a importância crítica de reconhecer e reformular a representação da maternidade na educação, visto que a educação não apenas reflete, mas também tem o potencial de moldar as normas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista. **Novos estudos CEBRAP**, p. 115-132, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.

ARAÚJO, Lígia Mara Boin Menossi; MANZANO, Luciana Carmona Garcia. Identidades e (não) lugares da maternidade na ciência: discursos e contra-discursos nas mídias contemporâneas. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 49, n. 3, p. 1185-1199, 2020.

BENHABIB, Seyla. **Critique, Norm, and Utopia: a Study of the Foundations of Critical Theory**. Nova York: Columbia University Press, 1986.

BENHABIB, Seyla. **Situando o Self**. Gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea. Brasília: Editora UNB, 2021.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. Dissertações e teses Multipaper: uma breve revisão bibliográfica. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 8, n. 1, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FRASER, Nancy. **Cannibal capitalism: How our system is devouring democracy, care, and the Planet and what we can do about it**. Verso Books, 2023.

LATHER, Patti. Critical theory, curricular transformation and feminist mainstreaming. **Journal of Education**, v. 166, n. 1, p. 49-62, 1984.

LUGONES, María. The coloniality of gender. In: LUGONES, María (org.). **Feminisms in Movement**. p. 35-50, 2016.

OLIVEIRA, Anita Loureiro. Corpo, espacialidade e maternagem: Trilhas para uma geografia corporificada. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 217-243, 2021.

OLIVEIRA REIS, Sônia Maria Alves; MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana; AGUIAR, Samara Gomes. Gênero e currículo: tensões e contenções de um conflituoso relacionamento. **Revista Debates Insubmissos**, v. 4, n. 13, p. 48-71, 2021.

SECATTI, Keysa Katiere Garcia; GUIMARÃES, Lucelia Tavares. Gênero e justiça curricular: os desafios na construção do currículo crítico em um contexto neoconservador e antidemocrático. **Revista e-Curriculum**, v. 21, 2023.

STOEGNER, Karin. “Para além do Princípio de Gênero”: Horkheimer e Adorno sobre o Problema de Gênero e Identificação. **Cadernos de Filosofia Alemã: crítica e modernidade**, v. 22, n. 2, p. 135-151, 2017.